



FAMÍLIAS EGRESSAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SÃO LUÍS - MA:

dimensionamento e impacto

FAMILIES EVENTS OF THE PROGRAM FAMILY BAG IN SÃO LUÍS - MA: sizing

and impact

Annova Míriam Ferreira Carneiro

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Resumo

Neste artigo são apresentados os resultados de uma pesquisa empírica realizada no município de São Luís – MA, em 2014, com o objetivo de coletar informações para identificação e caracterização dos possíveis impactos que o Programa Bolsa Família possa ter provocado na vida das famílias egressas.

Palavras-chave: Família. Pobreza. Transferência de renda

Abstract

This paper presents the results of an empirical research carried out in the municipality of. In order to collect information to identify and characterize the possible impacts that the Bolsa Family Program may have on the lives of the families.

Keywords: Family. Poverty. Income transfer

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa empírica realizada no âmbito do Projeto **OS EGRESSOS DO BOLSA FAMÍLIA NO MARANHÃO**: dimensionamento e impacto sobre suas famílias e suas vidas, financiado pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Desse modo, os resultados, aqui expressos, referem-se ao estudo realizado no município de São Luís – MA, em 2014, com o objetivo de coletar informações para identificação e caracterização dos possíveis impactos que o Programa Bolsa Família - PBF possa ter provocado na vida das famílias egressas, enquanto uma das dimensões definidas no referido Projeto. Cabe ressaltar que além da capital, participaram da amostra da pesquisa os municípios de Imperatriz e São José de Ribamar.

Como atividade da pesquisa de campo foi realizado levantamento de dados e informações a partir de entrevistas semiestruturadas com coordenadores e técnicos dos Centros

de Referência de Assistência Social – CRAS selecionados para compor a amostra do estudo, assim como de realização de grupos focais com representantes de famílias egressas.

O estudo foi realizado em 10 CRAS, conforme critério definido no Projeto, com maior número de famílias egressas do Bolsa Família - BF, em São Luís, representando 50% dos 20 CRAS existentes na capital. Assim, foram realizados, nesses espaços, os grupos focais com representantes das famílias egressas, bem como entrevistas semiestruturadas com as coordenadoras dos CRAS, assistentes sociais e psicólogas, conforme roteiro pré-estabelecido.

Após a realização de visitas realizadas nas residências das famílias egressas, foram realizados os grupos focais, com roteiro preestabelecido, que contaram com a participação de 94 representantes de famílias egressas, destes 91 mulheres e 03 homens. As famílias egressas participantes da pesquisa, foram selecionadas de forma aleatória no Banco de Dados fornecido pelo coordenador da Central de Cadastramento da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social - SEMCAS, considerando as famílias egressas no período 2009-2013.

Quanto à estrutura, este trabalho além desta introdução apresenta seu desenvolvimento subdividido em itens, dentre os quais um que situa o surgimento dos programas de transferência no âmbito internacional e no Brasil, seguido dos itens que apresentam os resultados das entrevistas e grupos focais com um esforço de problematização e conclusão.

2 IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DE FAMÍLIAS EGRESSAS: dimensionamento e síntese dos resultados da pesquisa de campo

2.1 Programa Bolsa Família e enfrentamento à pobreza no Brasil

Os programas de transferência de renda, enquanto mecanismos de enfrentamento à pobreza, desenvolvidos em vários países, integram sistemas de proteção social específicos que, para Giovanni (1998, p. 10), são “as formas [...] que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações”.

A proteção social, assumida pelo Estado, materializasse, através de programas sociais dentre os quais os programas de transferência de renda que adquirem formatos específicos, de acordo com os sistemas de proteção social a que estão vinculados.

Internacionalmente, os programas de transferência de renda têm sido debatidos, desde a década de 1980, no bojo das transformações ocorridas na economia e no trabalho. Essas transformações têm como repercussão a precarização, a terceirização, a flexibilização das

relações de trabalho, o desemprego crescente e a intensificação da pobreza, situando-se a discussão sobre a temática num contexto de busca de alternativas face à desproteção social evidenciada com a crise do Welfare State.

É nesse cenário que emergem os programas de transferência de renda, nos países centrais, enquanto alternativas de proteção social pública de combate ao desemprego, à pobreza e à desigualdade social.

No Brasil, a emergência dos programas de transferência de renda relaciona-se muito mais com a necessidade de enfrentamento emergencial da pobreza absoluta, que adquiriu destaque nas agendas públicas, do que propriamente como um programa que busca compensar os desajustes das mudanças do mundo do trabalho e das desigualdades reflexas da situação de nova pobreza.

Os históricos níveis de pobreza absoluta, no país, têm resistido, mesmo sendo o Brasil um dos mercados consumidores que mais cresce no mundo, com elevados graus de concentração da renda e de exclusão social. A pobreza, bem como a concentração de renda é acentuada porque, além de o Estado brasileiro não ter sido capaz de universalizar a proteção social, nos últimos anos, a precarização da modernização econômica instala-se, em meio a uma sociedade historicamente fragmentada, nacional e socialmente, ocasionando como resultado, segundo Rocha (1996, p.147), uma incapacidade em reduzir substancialmente o número absoluto de pobres.

Nesse caminho de enfrentamento da pobreza, na busca de novas formas para seu enfrentamento com novos instrumentos de proteção social, buscando o Governo brasileiro distanciar-se das antigas práticas estatais ineficazes e ineficientes, é que surgem as propostas de transferência de renda no Brasil. Num contexto profundamente marcado pela adoção de medidas neoliberais - oriundas do processo de ajuste e de reforma do Estado na década de 1990 - redirecionando a Política Social brasileira e a forma de intervenção do Sistema de Proteção Social nas situações de pobreza.

No Brasil, a implantação de programas de transferência de renda tem início, em 1995, com o desenvolvimento das experiências de Campinas, Ribeirão Preto e Santos, no Estado de São Paulo, e da implantação do Programa Bolsa Escola no Distrito Federal. Experiências essas sucedidas pela implementação de programas estaduais e federais.

Dentre esses programas, o Programa Bolsa Família, criado em 2003, tem-se destacado por se constituir na experiência brasileira de unificação de programas de transferência de renda, expressa inicialmente com a unificação de 04 (quatro) programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Ademais, o Programa destaca-se pela ampla

cobertura de atendimento a famílias em situação de pobreza, por prever condicionalidades sociais a serem cumpridas pelos participantes nas áreas de saúde, educação e assistência social e, ainda, por conter em seu desenho a articulação com Programas Complementares que têm, dentre os seus objetivos contribuir com o processo de autonomização das famílias. No mês de dezembro de 2015, o Programa atendeu **13.936.791 famílias**, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 162,94 (MDS, 2015).

Os aspectos supracitados constituíram-se referências para o estudo empírico realizado, no âmbito do projeto **EGRESSOS DO BOLSA FAMÍLIA EM SÃO LUÍS - MA: dimensionamento e impacto**.

A seguir apresenta-se o resultado das entrevistas e grupos focais realizados, momento de destaque da pesquisa que oportunizou aos entrevistados a manifestação de inquietações, opiniões, assim como de expressarem seus posicionamentos sobre a importância do Programa em suas vidas enquanto inseridos e após o desligamento.

Convém esclarecer que utilizamos as letras RF para designar Responsável Familiar (RF) e a palavra técnica para designar as assistentes sociais e psicólogas entrevistadas.

2.2 Acompanhamento dos egressos do Bolsa Família

A pesquisa evidenciou que, embora haja o reconhecimento acerca da importância do acompanhamento da família egressa do BF, de um modo geral, as técnicas dos CRAS não realizam esse trabalho e, conforme assinalaram nem teriam condições para fazê-lo contando com a equipe de trabalho existente. Outrossim, identificou-se que o trabalho de acompanhamento realizado pela maioria dos CRAS é junto às famílias em situação de descumprimento de condicionalidades, o que tem ocorrido inclusive com muita dificuldade dado alguns limites como os ressaltados por uma das técnicas do CRAS João de Deus entrevistada: “[...] elevada demanda, tamanho da equipe técnica, carro indisponível para todos os trabalhos da equipe, etc.” (Informação verbal).

A partir das entrevistas semiestruturadas coletivas realizadas com coordenadoras e técnicas dos 10 (dez) CRAS participantes do estudo, foi possível identificar que, em todos, inexistia acompanhamento sistemático das famílias egressas do PBF. Do total somente representantes de 04 (quatro) CRAS (Anjo da Guarda, Cidade Operária, São Raimundo e Bairro de Fátima) informaram realizar um tipo de acompanhamento de egressos considerado por estes como ocasional/informal.

As entrevistadas revelaram que não há acompanhamento, pelos técnicos, dos procedimentos que integram todo o processo de inclusão das famílias: da inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) até o acesso ao benefício e posteriormente, seu desligamento. Isso dificulta o conhecimento de quem são essas famílias tanto beneficiárias quanto egressas e, por conseguinte seu acompanhamento “[...] não tem como a gente saber se a gente não acessa o sistema.” (Informação verbal) assinalou a coordenadora do CRAS Liberdade referindo-se ao processo de inserção e desligamento de famílias do BF.

Na concepção das equipes dos CRAS, o acompanhamento priorizado deveria ser para aquelas famílias que estão em descumprimento das condicionalidades. Mas, a situação de descumprimento quando chega para a equipe esta diz não conseguir visualizar o motivo de a criança estar fora da escola para que possa fazer essa intervenção, conforme assinalou a Técnica do CRAS Liberdade: “[...] não que eu tenha dados mais gerais, nós não temos esses dados específicos.” (Informação verbal).

Claro está que as famílias com as quais os CRAS devem trabalhar no território são muitas vezes desconhecidas pelas equipes, considerando o significativo quantitativo de famílias referenciadas ao equipamento/serviços nele ofertados e os limites existentes na sistemática de transmissão de informações (CadÚnico), bem como as demandas novas de serviços apresentadas para a mesma equipe.

No que se refere a algum tipo de acompanhamento de egressos mencionado por 04 (quatro) CRAS, participantes do estudo, foi possível perceber que se trata de uma forma de seguimento das famílias ocasional/informal. Conforme visto, não existe acompanhamento sistemático de egressos. Existe inserção de egressos em outros programas sociais, em decorrência do perfil da família inscrita no CadÚnico e da localização dessas famílias, pela via dos outros serviços realizados no CRAS.

A constatação é de que se trata mais de um acompanhamento de uma situação apresentada pela família egressa, motivado pela inserção em outro serviço do CRAS, do que acompanhar a família na sua dinâmica. Em outros casos, trata-se muito mais de *buscar soluções* para uma situação apresentada momentaneamente pela família que tão logo seja atendida cessa o acompanhamento, o que nos leva a inferir que nem mesmo se trata de um acompanhamento ocasional da família, mas sim de um atendimento familiar realizado pelo CRAS que exija um acompanhamento da situação apresentada.

A questão da dinâmica familiar é outro aspecto que chamou a atenção durante a realização das entrevistas, considerando que uma família egressa pode ter saído do Programa, por não estar mais no perfil num determinado momento, em decorrência de um evento familiar

que nem sempre é duradouro como, por exemplo, ter conseguido um emprego e ter superado o critério da renda estabelecido pelo Programa e pouco tempo depois perder esse emprego e retornar para situação anterior entrando novamente no perfil definido. Como não há o acompanhamento sistemático da família egressa não tem como identificar a ocorrência dessas situações, que são corriqueiras num contexto de instabilidade socioeconômica e que não raro traz *insegurança* na questão do trabalho. Ademais, o fato de não acompanhar o egresso inviabiliza estabelecer formas de enfrentamento das situações apresentadas, de realizar um trabalho social com as famílias na perspectiva de empoderá-las, inclusive de efetivar o retorno ao Programa quando necessário.

Por conseguinte, o estudo também ratifica o entendimento de que a saída do Programa não significa necessariamente a melhoria na qualidade de vida, de trabalho e renda dos seus participantes, visto que outras situações de vulnerabilidades e riscos continuam ocorrendo no âmbito familiar que conduzem as famílias a necessitarem retornar ao Programa. Assim, significativo número de famílias, desligadas do BF, se encontram novamente em condições vulneráveis, no perfil de retorno ao Programa, outras saíram por não terem conseguido atualizar o cadastro e outras, ainda, pela superação da renda, num acréscimo pequeno em relação ao parâmetro de renda definido pelo Programa.

Portanto, a constatação é de que existem famílias com perfil de retorno ao Programa, mas que não conseguem retornar, não são acompanhadas, nem sequer *conhecidas* pelas equipes.

Pelos desafios expostos, é explícita a dificuldade das equipes dos CRAS em garantir a realização do acompanhamento das famílias participantes do BF, que é de sua competência, mesmo daquelas em atendimento e que possivelmente teriam motivos para estar vinculadas e frequentando os CRAS, limite este que se reveste de maior complexidade quando se refere ao acompanhamento de egressos por não haver nem mesmo a previsão desse tipo de trabalho.

2.3 Iniciativas/ações/programas do Bolsa Família com maior potencial de impacto na vida dos beneficiários

A qualificação profissional foi a ação apontada, pela maioria técnicos e coordenadores dos 10 (dez) CRAS, com maior potencial de impacto na vida das famílias, seguida da transferência de renda, educação e saúde. As entrevistadas quando se referiram a qualificação profissional, quase sempre mencionaram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), como um dos principais programas de qualificação profissional que prioriza o ingresso de beneficiários do BF.

A procura dos participantes do BF pelos cursos ofertados pelo PRONATEC demonstra a expressiva demanda existente por qualificação profissional, busca por mudança de vida, busca por oportunidade no mercado de trabalho, o que contraria argumentos de que os beneficiários do Bolsa Família são *acomodados, preguiçosos* e só vivem de transferência de renda do Governo Federal. A preocupação de grande parte das técnicas e coordenadoras entrevistadas é com a necessidade de desmistificação do mito de que o Bolsa Família acomoda e que as pessoas não querem trabalhar para não perder o benefício, que é considerado pequeno se comparado ao que pode obter em termos de direitos trabalhistas, além do que deveria se constituir num complemento financeiro.

As beneficiárias ao enfatizarem em seus relatos o anseio pelo trabalho expressam o que Lima (2003) denomina de código de honra, configurado pela tentativa de fugir de estigmas negativos que em geral os pobres estão expostos: preguiçoso, marginal, malandro. O trabalho é a forma dos pobres dizerem-se pobres, porém virtuosos, conferindo ao indivíduo o estatuto da dignidade, posto que através dele devem ser reconhecidos pela riqueza interior expressa pela disposição ao trabalho, pela responsabilidade com a reprodução de sua família e pelos deveres cumpridos com honestidade e dignidade *ganhando a vida com o suor do próprio rosto*, como expressaram em vários depoimentos.

O significativo número de pessoas que procuram os CRAS para inscrição no PRONATEC expressa uma realidade marcada pelo desemprego, informalidade ou inserção precária no mercado de trabalho. A procura por cursos que possam possibilitar assinatura na carteira de trabalho, por significativo número de beneficiários, expressa a busca por segurança no trabalho, visando assegurar direitos trabalhistas.

A transferência de renda propiciada às famílias com a participação no Programa é outra ação do BF, considerada por parte das técnicas e coordenadoras entrevistadas, com grande potencial de impacto na vida dos participantes. Nessa perspectiva, expressaram a compreensão de que a complementação de renda deve estar articulada a outras ações, programas, inclusive de geração de renda, como assinalou a coordenadora do CRAS Anil: “[...] a inserção das famílias, em atividades que gerem renda, é fundamental, porque só as ações da assistência não vão resolver.” (Informação verbal).

O acompanhamento da saúde, mediante condicionalidade, aparece enquanto uma das ações do Programa que apresenta potencial de impacto, segundo as entrevistadas de 06 (seis) CRAS. Todavia, as respostas não apresentam unanimidade, visto que parte das entrevistadas considera que a saúde propicia pouco impacto na vida dos beneficiários, devido aos problemas existentes que comprometem sua oferta em São Luís. Todavia, para a maioria, a

condicionalidade da saúde tem propiciado a elevação de frequência das famílias aos postos de saúde, o que pode contribuir para a elevação da qualidade de vida, principalmente de crianças, gestantes e nutrizes e constituir-se num impacto positivo.

A condicionalidade da educação é outra ação com potencial de impacto destacada, pela elevação da frequência escolar que propicia, por despertar maior interesse das mães para garantir a frequência dos filhos na escola. Todavia, afirmam que sabem que os pais/responsáveis, em geral, se preocupam com o bem estar dos filhos, mas sabem também que o benefício, às vezes, é o maior motivador para que não haja o bloqueio.

Outras iniciativas e programas foram citados com menor frequência no decorrer das entrevistas como tendo potencial de impacto na vida das famílias atendidas pelo Bolsa Família, dentre elas: o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Programa Luz para Todos, Programa Água para Todos, ações de inclusão produtiva, reforço do acesso pelas donas-de-casa aos direitos previdenciários e o acompanhamento das famílias pelos CRAS.

A possibilidade dos donos e donas-de-casa sem renda própria, que exercem trabalho exclusivamente doméstico em sua residência, contribuir para a Previdência Social é um outro dado importante ressaltado pelas entrevistadas, pela oportunidade destes usufruírem dos benefícios previdenciários, mediante contribuição reduzida, de 5% do salário mínimo, conforme instituído pela Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011.

Embora se saiba que a forma de acesso a estes benefícios não esteja limitada ao BF e sim ao CadÚnico para Programas Sociais do Governo Federal, visto que a família deverá estar obrigatoriamente inscrita, é relevante ressaltar esta iniciativa pela possibilidade que tem de contemplar parte significativa das beneficiárias do PBF uma vez que a maioria das responsáveis familiar são mulheres e donas de casa, conforme relatam as técnicas e coordenadoras. Ademais, por constituir-se numa ação com potencial de impacto na vida das famílias atendidas pelo BF com a garantia de direitos oriundos do trabalho associada a benefícios e serviços socioassistenciais assegurados pela Política de Assistência Social, independente do motivo pelo qual a (o) beneficiária (o) esteja fora do mercado de trabalho.

2.4 Trajetória de trabalho das famílias beneficiárias antes, durante e depois do Bolsa Família

Na pesquisa de campo foram verificados aspectos relacionados à questão de trabalho, constatando-se que a maioria das famílias vive de trabalho informal, dificilmente têm carteira de trabalho assinada e obtêm salário mínimo, vivem de bicos, são autônomas, portanto sem

vínculo com empresas ou instituições. As mulheres, que são cerca de 97% do público atendido no CRAS e que são a RF, são geralmente donas-de-casa e trabalham como faxinas, lavagens de roupa, manicure/pedicura, doces, vendas informais diversas (cosméticos, lanches, bijuterias, etc.). Trata-se, em sua maioria, de pessoas com baixos níveis de escolaridade e baixa formação profissional, conseqüentemente.

As técnicas e coordenadoras chamam a atenção para o significativo número de beneficiárias que são exclusivamente donas-de-casa e não realizavam atividade laborativa para auferir renda. Desse modo, a sobrevivência da família depende de outras pessoas ou da participação em programas de transferência de renda.

Sobre a trajetória de trabalho das famílias beneficiárias os depoimentos da maioria das técnicas, coordenadoras dos CRAS e egressas convergem, ao considerar que praticamente não há mudanças na trajetória de trabalho da maioria das famílias *a situação permanece inalterada* em quase todos os casos, visto que grande parte permanece exercendo a mesma atividade laborativa antes, durante e depois da participação no BF. As técnicas e coordenadoras ressaltaram que as informações que dispõem são resultantes dos acompanhamentos das famílias beneficiárias nos CRAS, que as autorizam a afirmar que as famílias antes e durante o Programa exercem a mesma atividade e, apesar de não acompanhar as famílias egressas, expressam a opinião de que grande parte *certamente não muda de atividade ao ser desligada*.

A pesquisa realizada autoriza a inferir que o fato das/os beneficiárias/os (bicos, trabalhos informais, autônomos) trabalharem em atividades cuja renda não é comprovada faz com que possam receber o benefício do BF permanecendo com essas atividades. Por outro lado, faz refletir também se com essas atividades instáveis as beneficiárias/os conseguem auferir poucos rendimentos e ainda assim permanecem com elas e recebendo BF, isso aponta para a falta de oportunidades de trabalho que assegure os direitos trabalhistas, além de uma renda estável *que se possa contar* oriunda do trabalho. Por essa razão, compreende-se que não se trata de *escolha*, mas sim de uma forma possível de garantir a sobrevivência em que o benefício financeiro do BF tem-se apresentado como elemento importante.

2.5 Mudanças na vida das famílias que permaneceram após o desligamento do Programa e mudanças que deixaram de existir com o desligamento

Com relação às mudanças na vida das famílias que permaneceram após o desligamento do Programa e às mudanças que deixaram de existir com o desligamento, a maioria das técnicas

e coordenadoras entrevistadas, relataram desconhecê-las por não existir acompanhamento de egressos.

As entrevistadas demonstraram ter consciência da importância desse acompanhamento até como forma de avaliação do Programa. Nessa direção, problematizaram a inexistência desse tipo de trabalho, levantando inclusive questionamentos como o da coordenadora do CRAS João de Deus: “Como o Programa vai saber se aquela pessoa realmente superou aquela situação ou não, se eu não acompanho?” (Informação verbal).

As equipes conseguem identificar mudanças durante o período de acompanhamento, enquanto as famílias têm vínculo com as equipes, mas desconhecem a situação da família depois desse período. Durante a realização dos grupos focais pudemos constatar opiniões das entrevistadas (coordenadoras e técnicas), que consideram que parte significativa das famílias egressas voltam ao estágio de vulnerabilidade social anterior em decorrência da inserção precária no mundo do trabalho, associado à ausência de qualificação profissional e perda do benefício financeiro do Bolsa Família.

O entendimento das entrevistadas é de que, no geral, as famílias quando são desligadas do Programa retornam para situação em que se encontravam antes de inseridas, o que parece apontar para o entendimento da não permanência das mudanças com o desligamento. Desse modo, apontam como mudança que deixa de existir com o desligamento *o aumento da renda* possibilitado com a complementação de renda enquanto beneficiárias.

Para a maioria das famílias, a mudança que permanece após o desligamento é a melhoria na educação dos filhos pelo incentivo à frequência escolar propiciado pelo BF. Entretanto, sabe-se que a educação é um dos elementos importantes para enfrentar a pobreza, mas somente a elevação da frequência não é suficiente para garantir o desenvolvimento de crianças e adolescentes, tendo-se que levar em consideração os desafios a serem enfrentados pela política educacional, no país, para alcançar a qualidade necessária para tanto.

No que se referem às mudanças que deixaram de existir com o desligamento do Programa, as entrevistadas ressaltaram: dificuldade de marcar consultas, relatado com um dos principais problemas enfrentado pelas famílias, a aquisição de bens que eram adquiridos parceladamente tendo assegurado o pagamento, enquanto inseridas no Programa, com o benefício recebido mensalmente. Destacaram que o benefício era uma renda certa com que podiam contar, entendimento este ratificado nos diversos depoimentos retirados do Grupo Focal realizado com os RFs: “[...] uma renda certa, uma complementação de renda que contribuía para manter a família, ‘ajudava’ a pagar o aluguel, adquirir alimentos, medicamentos, gás de cozinha [...]” (Informações verbais).

A análise que se faz é de que o acompanhamento da família egressa é indiscutivelmente um elemento importante que deveria ser considerado no próprio desenho do BF, ou incluído a partir da constatação – durante o seu processo de implementação - da sua necessidade enquanto uma das formas principais de avaliação do BF, tendo em vista elevar sua eficiência, eficácia e efetividade social. Como saber a durabilidade de um impacto do Programa se não é acompanhada a família egressa? Como saber se as mudanças na vida das famílias beneficiárias atribuídas ao Programa permanecem ou cessam com o desligamento? Ademais, este acompanhamento poderia favorecer ações direcionadas a família egressa, com vistas ao encaminhamento a diferentes políticas públicas (programas, serviços, benefícios) de acordo com as demandas apresentadas, visando contribuir para a sua autonomização.

3 CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado, nos CRAS pesquisados, foi possível identificar, que inexistente acompanhamento sistemático das famílias egressas do PBF. Todavia, há o reconhecimento de sua importância para conhecer a situação dos egressos ao mesmo tempo em que técnicas e coordenadoras afirmam não ter condições para fazê-lo contando com a equipe e as condições de trabalho existentes.

Como não há o acompanhamento sistemático da família egressa, desconhecem-se situações que expõem as famílias a vulnerabilidade social, situações estas frequentes num contexto de instabilidade socioeconômica e que não raro traz *insegurança* na questão do trabalho. Ademais, o fato de não acompanhar o egresso inviabiliza estabelecer formas de enfrentamento das situações apresentadas, de realizar um trabalho social com as famílias, inclusive de permitir o retorno ao Programa quando necessário.

Portanto, a pesquisa ratifica o entendimento de que a saída do Programa não significa necessariamente a melhoria na qualidade de vida, de trabalho e renda, posto que outras situações de vulnerabilidades e riscos continuam ocorrendo no âmbito familiar que conduzem as famílias a necessitarem retornar ao Programa.

A análise que fazemos é que quanto mais é negado o direito ao trabalho, em decorrência da própria dinâmica social, quanto mais esse campo se restringe, mais é ampliado o campo da assistência social pelo aumento da demanda. Como decorrência, aumenta a dependência das famílias pelos programas de transferência de renda, em especial pelo Bolsa Família. Nesta direção, os aspectos destacados sobre o trabalho sugerem que, no geral, o Programa não tem

produzido efeitos significativos, nessa questão, capazes de alterar de forma positiva a trajetória de trabalho dos membros adultos das famílias.

A conclusão a que se chega, sobre as mudanças, ouvindo as famílias egressas, técnicas e coordenadoras é que a maioria das famílias egressas permanece numa situação de pobreza, podendo-se verificar as mudanças citadas enquanto estão inseridas. Contudo, compreende-se que as mudanças identificadas na educação e saúde, enquanto inseridas, têm a possibilidade de constituir-se em impactos mais duradouros na vida das famílias egressas. No que se refere à renda, a maioria das famílias desligadas volta a *contar* com o dinheiro auferido com o trabalho desenvolvido antes de ingressar no BF, não havendo em geral alteração na questão do trabalho das egressas, conforme já demonstrado.

Em síntese, depreende-se dos relatos que as mudanças identificadas pelas beneficiárias quando inseridas no BF não permanecem com o desligamento, com exceção da educação, conforme fora apontado. Isso nos conduz ao entendimento de que o Programa tem produzido efeitos/mudanças quando inseridas que não são perceptíveis, a longo prazo, pelas beneficiárias, o que parece apontar que, no geral, o Programa não vem produzindo impactos duradouros nas vidas da família beneficiárias ainda que produza algum impacto imediato nas suas condições de vida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Ed. Boitempo, São Paulo, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é o PRONATEC?** Brasília, DF, [20--?]. Disponível em:<www.pronatec.mec.gov.br>. Acesso em: 1 jan. 2016.

CARNEIRO, Annova. **A centralidade da família no Programa Bolsa Família**: análise referenciada no programa em São Luís-MA. São Luís, 2010.

FERREIRA, D. Sociologia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: FOGAÇA, Azuete et al. **Reforma do Estado e Políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____ (Coord.). **Os Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe.** São Paulo: Cortez, 2014.

_____; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____; _____. **A política social brasileira no século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2014.